

Um Livro Sem Terra

projeto de livro ilustrado e
informativo sobre a trajetória do MST

FICHA TÉCNICA

DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÃO

Maria Augusta Scopel Bohner

ORIENTAÇÃO E REVISÃO

Douglas Luiz Menegazzi

TEXTO ORIGINAL

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ADAPTAÇÃO

Gustavo Henrique Wollmann

Maria Augusta Scopel Bohner

Maria Augusta Scopel Bohner

Um Livro Sem Terra

projeto de livro ilustrado e informativo
sobre a trajetória do MST



Sobre o livro

O texto é uma adaptação do conteúdo **"Nossa História"** presente no site do **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**.

Este livro faz parte do Projeto de Conclusão de Curso (PCC) – *"Um Livro Sem Terra: projeto de livro ilustrado e informativo sobre a trajetória do MST"* –, de Design da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criado pela graduanda Maria Augusta Scopel Bohner, e orientado pelo Prof. Dr. Douglas Luiz Menegazzi.

Sumário

08

A História da luta pela terra

Lei de Terras

Resistências Populares



1980

16

Surge o MST

1º Encontro Nacional

Do Boletim ao Jornal Sem Terra

1º Congresso do MST



1985

1990

12

O Embrião do MST

A Encruzilhada Natalino

Criação do Boletim Sem Terra

5ª Romaria da Terra



22

A Terra e sua função social

Nova constituinte

Primeiras eleições diretas

2º Congresso Nacional

Regulamentada a Lei Agrária

Criação da Via Campesina



28

Agricultura familiar abandonada

FHC "clona" assentamentos

3° Congresso Nacional

Massacre de Corumbiara

Massacre de Eldorado do Carajás



36

O avanço da luta pela terra

4° Congresso Nacional

Agronegócio 'recria' as sesmarias

Massacre de Felisburgo

44

A Reforma Agrária Popular

46

Hoje em dia

1995

2000

2010

34

Sem Terras Marcham pelo País

Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária

Marcha Popular pelo Brasil



41

Disputa entre dois modelos agrícolas

5° Congresso Nacional

6° Congresso Nacional



A História da luta pela terra

O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo. Isto é: **poucos proprietários detêm sozinhos grandes proporções territoriais**. Por isso, encontram-se nele os maiores **latifúndios**, cuja concentração e improdutividade remontam ao início da ocupação portuguesa no século 16.

Combinando monocultura para exportação com um sistema escravocrata, a forma de ocupação da terra pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social e territorial que atinge o Brasil até hoje.

1850

Lei de Terras

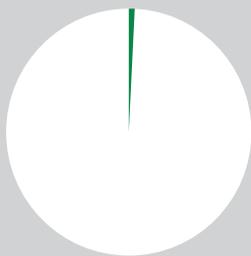
Em 1850, mesmo ano da abolição do tráfico de escravos, o Império também decretou a chamada Lei de Terras, que por incentivar a formação de latifúndios em detrimento de pequenas propriedades consolidou esta **perversa lógica de concentração fundiária**.

Além disso, tal lei possibilitou o início da prática de grilagem de terras, ou apropriação de terras devolutas, públicas, através do uso de documentações forjadas.

Como o Brasil pode enfrentar uma das maiores concentrações de terras do mundo?

O dossiê do Instituto Tricontinental destaca a importância da Reforma Agrária Popular para o futuro do país.¹

Distribuição de terras no Brasil:²



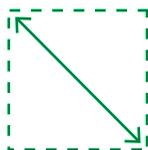
1% proprietários de estabelecimentos rurais

=



47% terras usadas para a produção agropecuária no país

Latifúndios são "grandes áreas de terra", há dois tipos:³

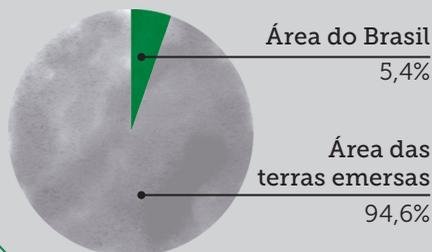


por dimensão
a área é superior a 600 vezes o módulo rural



por exploração
onde a principal característica é a improdutividade

Para ter uma noção do tamanho:⁴





Resistências Populares

Nos países centrais do sistema capitalista, a democratização do acesso à terra, conhecida como reforma agrária, foi uma das principais políticas para destravar o desenvolvimento social e econômico, permitindo a produção de matéria prima para a nascente indústria moderna e de alimentos para seus operários.

No Brasil, todavia, as transformações políticas e econômicas favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo não foram capazes de modificar o modelo vigente de concentração de terras. Foram, isso sim, as lutas dos trabalhadores que marcaram a resistência popular e camponesa contra a exploração, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, favorecendo transformações em nossa sociedade.



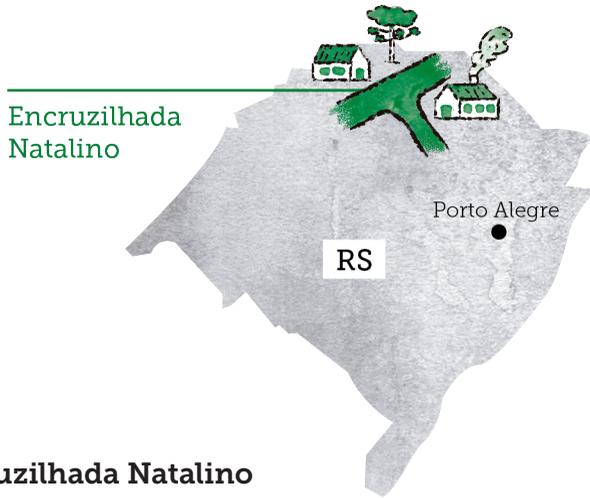
Desde meados do século 20, novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e pela reforma agrária em diferentes regiões do país, a partir de contínuos conflitos e eventos. Mas durante a ditadura militar, assim como para todo o povo brasileiro, os camponeses foram privados dos direitos de expressão, reunião, organização e manifestação, impostos pela truculência da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5. Além disso, a ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía os pequenos produtores, impulsionando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de venenos e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura.

O Embrião do MST

Para o MST, a semente para o surgimento do Movimento já existia quando os primeiros indígenas se levantaram contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses do que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza.

O Movimento entende ter sido inspirado nos exemplos de Sepé Tiarajú e da comunidade Guarani em defesa de sua terra sem males; da resistência coletiva dos quilombos a Canudos; e nos aprendizados e experiências das Ligas Camponesas e do Movimento de Agricultores Sem Terra (Master). Daí que se sintam como herdeiros e continuadores das lutas pela democratização da terra e da sociedade.





A Encruzilhada Natalino

No final da década de 1970, quando as contradições do modelo agrícola se tornam mais intensas, resurgiram as ocupações de terras no Brasil: em 1979, centenas de agricultores ocuparam as granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul; e em 1981, no mesmo estado, surgiu a Encruzilhada Natalino, acampamento símbolo da resistência à ditadura militar.

Em 25 de julho de 1981 ocorreu uma das primeiras demonstrações de força por parte dos Sem Terra, num ato público com mais de quinze mil pessoas, noticiado pela imprensa como “a maior manifestação realizada por trabalhadores rurais na história do Rio Grande do Sul”.

Contra a ditadura das armas e das terras, novos focos de resistência surgiram pelo país: posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens. As ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo.

Você sabia?

Em meio à pandemia da Covid-19 o MST doou 12 toneladas de arroz orgânico para combate à fome no RS.⁵

1850

Criação do *Boletim Sem Terra*

Em 1981, ainda durante a Ditadura Militar, famílias acampadas da Encruzilhada Natalino foram cercadas por tropas do exército brasileiro. Nesse momento, muitas entidades se associaram a uma campanha de solidariedade aos sem terra, e um Boletim foi criado com o objetivo de divulgar o acampamento, expressar o apoio vindo de outras comunidades, sindicatos e setores da sociedade civil, e servir como um instrumento de agitação para a base acampada.



Você sabia?

O MST possui um acervo em seu site com várias edições do Boletim Sem Terra disponível para consultar.⁶

1982

5ª Romaria da Terra

A partir da luta dos Sem Terra, o Acampamento Encruzilhada Natalino obteve repercussão nacional e internacional. Os trabalhadores resistiram à repressão militar federal e estadual e à precariedade das condições de vida por 208 dias, conquistando uma solução para o impasse durante a 5ª Romaria da Terra, em 23 de fevereiro de 1982: a igreja católica adquiriria uma área de 108 hectares onde seria montado um abrigo provisório para essas famílias.



1984

Surge o MST

1º Encontro Nacional

Em 1984, trabalhadores rurais que protagonizaram as lutas pela democracia da terra e da sociedade se reuniram no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel, no Paraná. Nesse encontro decidiram fundar um movimento camponês nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com três objetivos principais: lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais.

Sendo um movimento oriundo também do sindicalismo combativo, pela liberdade política e pelas Diretas-Já, a palavra de ordem deste primeiro encontro foi: **"Sem Reforma Agrária não há democracia"**.

"Queremos ser produtores de alimentos, de cultura e conhecimentos. E mais do que isso: queremos ser construtores de um país socialmente justo, democrático, com igualdade e com harmonia com a natureza."

pequenos agricultores

Quem opera nos menores módulos de produção e utiliza mão de obra familiar, o que inclui produtores de frutas e verduras, produtores integrados a agroindústrias ou agricultores de assentamentos de reforma agrária.⁷



QUEM PARTICIPOU?



Proprietários

Aqueles que tomam a posse da terra para a sua subsistência.⁸

Parceiros

Aliados da causa dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Meeiros

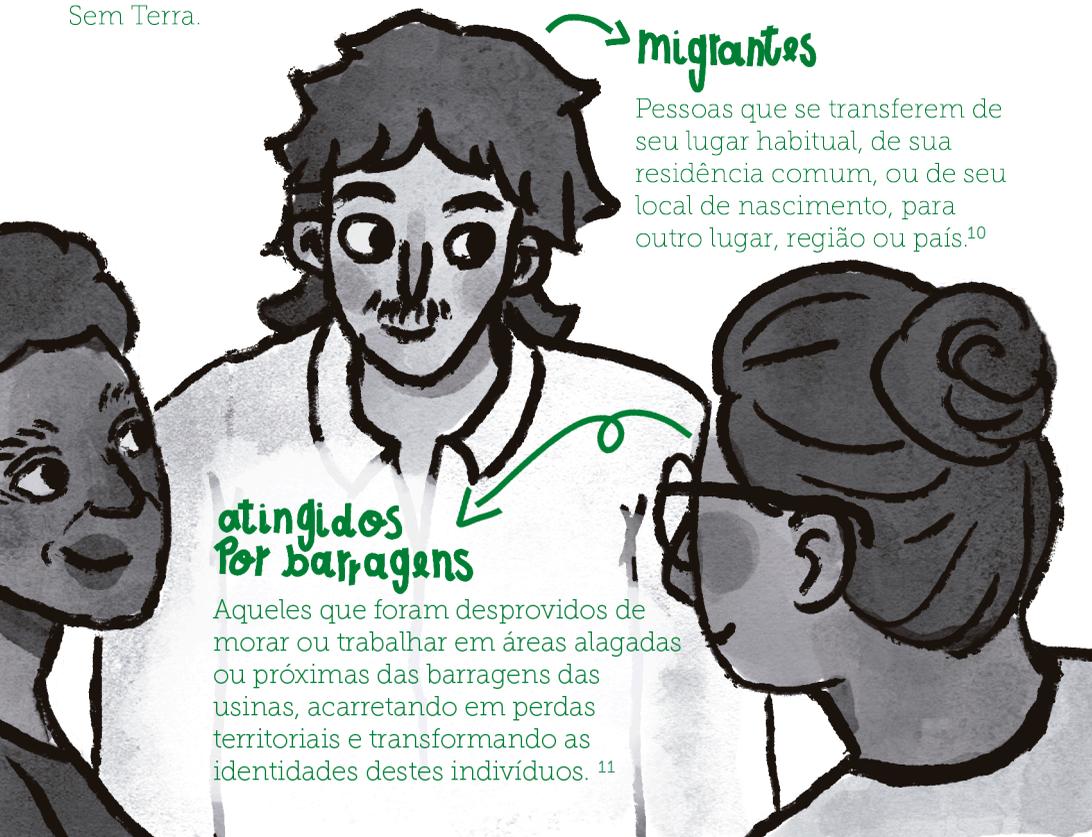
Agricultores que trabalham em terras de outra pessoa e repartem seus rendimentos com o dono dessas terras.⁹

Migrantes

Pessoas que se transferem de seu lugar habitual, de sua residência comum, ou de seu local de nascimento, para outro lugar, região ou país.¹⁰

atingidos por barragens

Aqueles que foram desprovidos de morar ou trabalhar em áreas alagadas ou próximas das barragens das usinas, acarretando em perdas territoriais e transformando as identidades destes indivíduos.¹¹



1984

Do Boletim ao *Jornal Sem Terra*

A partir de 1984, com a criação oficial do MST, o Boletim Sem Terra se transformou no *Jornal Sem Terra*, mudando seu formato, amplitude, editorial e objetivos. Num momento de nacionalização do Movimento, o jornal passou a ter um caráter mais interno, tornando-se um dos **principais instrumentos de articulação, motivação e formação política**.





1986

Jornal Sem Terra
recebe o prêmio
Vladimir Herzog

1985

1º Congresso do MST

O 1º Congresso do MST, organizado a partir do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, aconteceu entre os dias 29 e 31 de janeiro de 1985, tendo como pauta a ocupação de terras como forma de luta. O Movimento entendeu ser necessário uma organização autônoma a partidos e governos, e a partir do evento mobilizou-se para realizar novas ocupações. Os lemas do Congresso foram “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”.



Em maio de 1985 mais de 2500 famílias de Santa Catarina mobilizaram-se em 12 ocupações. Em outubro, no Rio Grande do Sul, a Fazenda Anoni também foi ocupada pelo Movimento. Pouco a pouco, todos os estados começaram a fazer suas próprias ocupações, acompanhadas de certa expectativa no quadro político acerca da possibilidade da Reforma Agrária, então presente nos programas de governo de todos os partidos.

O Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) previa dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e assentar 1,4 milhão de famílias, mas seu fracasso, com o cumprimento de apenas 6% dessa meta, evidenciou como os interesses do latifúndio encontravam nos aparatos do Estado suas melhores ferramentas de repressão e omissão.

Lemas construídos no Congresso



Meta de assentamentos cumprida no Governo Sarney

6% garantidos pela pressão das ocupações da terra, apenas 90 mil famílias foram assentadas



PNRA de 1985 previa assentar 1,4 milhão de famílias

A Terra e sua função social

1988

Nova constituinte

Com o ímpeto combativo de lutadores e sindicalistas, o MST se empenhou também na construção da nova constituinte, aprovada em 1988, quando conquistou, entre outras vitórias, os artigos 184 e 186, garantindo a **desapropriação de terras que não cumprissem com sua função social**:

Art. 186 – A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que beneficie os proprietários rurais.

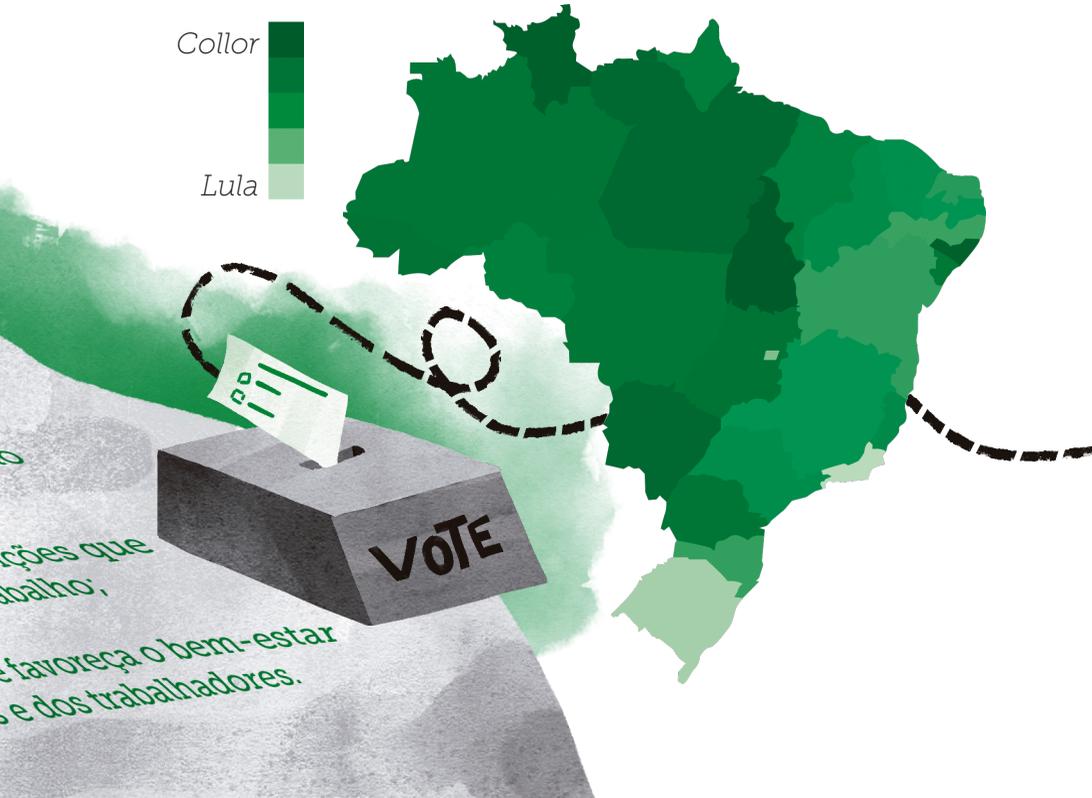
1989

Primeiras eleições diretas

Em novembro de 1989 aconteceram as primeiras eleições diretas no Brasil após o fim da ditadura militar. Eleito, o governo de **Fernando Collor de Melo** e, posteriormente, Itamar Franco, promoveram forte repressão contra a luta dos Sem Terra.

A Lei Agrária (Lei 8.629), aprovada neste período, fez com que as propriedades rurais fossem reclassificadas com a regulamentação da Constituição. Essa ação fez com que até 1993, quando a lei foi regulamentada, não houvesse mais vieses jurídicos para a realização de desapropriações de terras para a reforma agrária.

Resultado da Eleição (2º Turno).¹²



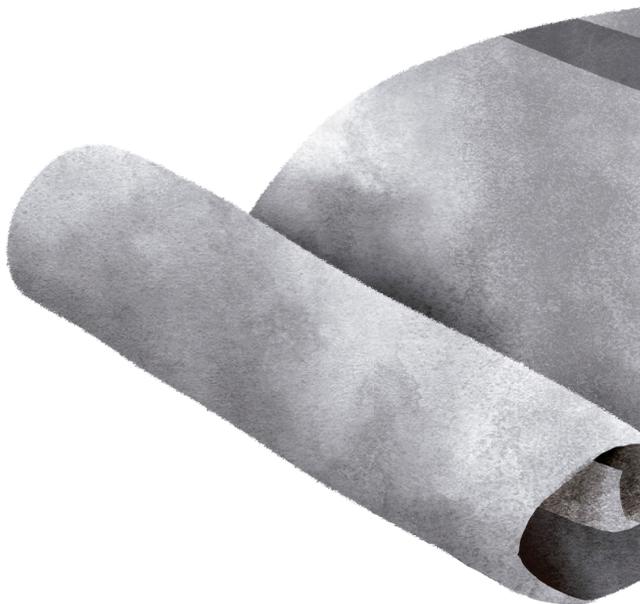
1990

2° Congresso Nacional

Entre 8 e 10 de maio de 1990, em Brasília, aconteceu o 2° Congresso Nacional do MST, com a participação de cinco mil delegados representantes dos 19 estados em que o MST estava presente, bem como de parlamentares, entidades e organizações de toda América Latina.

As dificuldades enfrentadas, com a repressão ao Movimento e o não avanço da Reforma Agrária, fez surgir, durante o evento, o lema "Ocupar, Resistir, Produzir", reafirmando a importância das ocupações de terras como seu principal instrumento de luta.

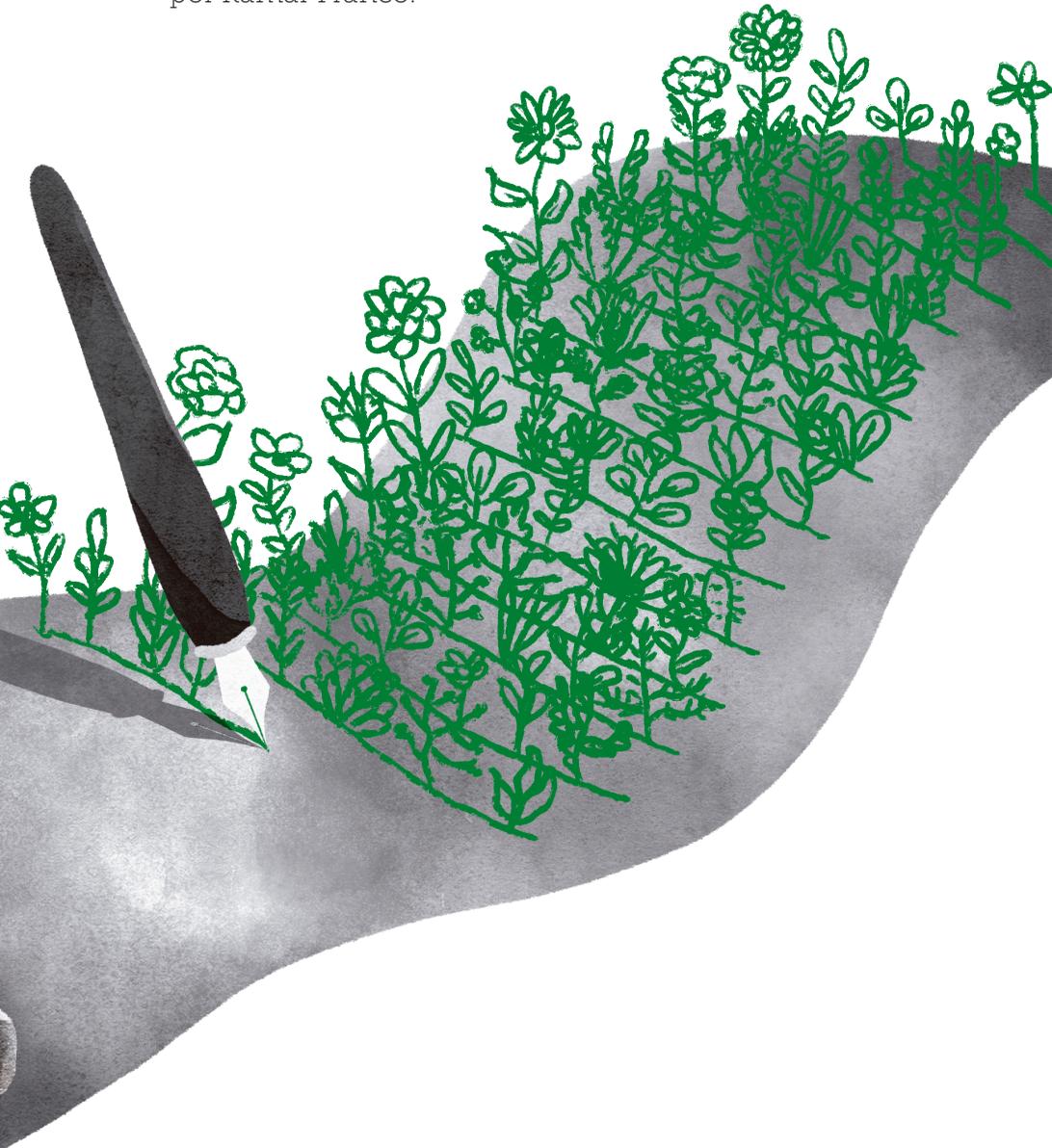
Na segunda metade dos anos 90, contabilizando 300 associações em assentamentos e 10 cooperativas, faltavam ainda equipamentos, infraestrutura e uma política agrícola governamental voltada para assuntos de reforma agrária.



Regulamentada a Lei Agrária

1993

Em 1993 foi regulamentada a Lei Agrária, assinada por Itamar Franco.



1993

Criação da Via Campesina

Em 1993 foi criada a Via Campesina, um movimento internacional que aglutina diversas organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades indígenas dos cinco continentes.



Organizações de membros da via campesina (2017):¹³



1



2



5



13



Agricultura familiar abandonada

Sob o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998), além do aumento do êxodo rural (provocado pela ação dos bancos contra pequenos

Na década de 90, desapareceram 942 mil pequenas propriedades

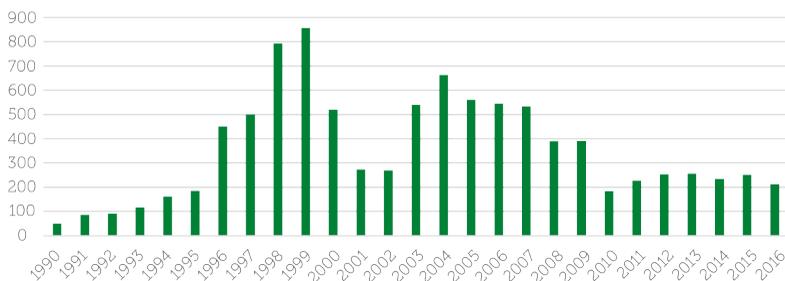
O final dos anos 90 não foi negativo apenas para a Reforma Agrária, mas para toda a agricultura brasileira. A área cultivada continuou diminuindo e segundo o Censo Agropecuário, nos últimos dez anos anteriores à 1999, desapareceram 942 mil pequenas propriedades.

agricultores endividados), o Brasil testemunhou também os dois maiores massacres da segunda metade do século 20: Corumbiara (1995), em Rondônia, e Eldorado dos Carajás (1996), no Pará.

No mesmo período foram criadas duas medidas provisórias persecutórias para quem ocupava terras, e foi implantado o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos em

detrimento das desapropriações. Foram destruídas as políticas de crédito especial para a Reforma Agrária e assistência técnica criadas durante o governo José Sarney (1985-1990), prejudicando as famílias assentadas e intensificando o empobrecimento.

Número de famílias assentadas pela reforma agrária por ano e mandato presidencial (em mil).¹⁴



FHC "clona" assentamentos

1994

Embora FHC tenha propagandeado que realizou a maior Reforma Agrária da história do Brasil, seu governo nunca possuiu um projeto de reforma agrária real. Durante os dois mandatos, a maior parte dos assentamentos implantados foi resultado de ocupações de terra. Todavia, o número de assentamentos implantados foi diminuindo ano a ano.

Para garantir as metas da propaganda do governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário "clonou" assentamentos criados em governos anteriores e governos estaduais, registrando-os como novos assentamentos. A tática criou tanta confusão que, ao fim de seu mandato, nem mesmo o Incra sabia afirmar o número exato de novos assentamentos.

Com a retirada de subsídios e assistência técnica, além da subordinação da agricultura ao mercado internacional, a década de 90 vivenciou o abandono da agricultura familiar pelo Estado.

Número de ocupações no Brasil por ano.¹⁴



1995

3º Congresso Nacional

De 24 a 27 de julho de 1995, 5.226 delegados e delegadas de 22 estados do Brasil realizaram, em Brasília, o 3º Congresso Nacional do MST. Também estiveram presentes 22 delegados amigos da América Latina, Estados Unidos e Europa.

Naquele momento, o Movimento já havia compreendido que a Reforma Agrária não era uma luta para beneficiar apenas os camponeses, mas uma forma de também melhorar a vida dos que vivem nas cidades, com a redução do inchaço urbano e, principalmente, com a produção de alimentos saudáveis e acessíveis aos trabalhadores.

Esta ideia foi expressa através da palavra de ordem do 3º Congresso: "Reforma Agrária, uma luta de todos".



Reforma Agrária



MST

3º Congresso Nacional

1995

Massacre de Corumbiara

No dia 15 de julho de 1995, 514 famílias, lideradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara (RO), ocuparam a Fazenda Santa Elina. No dia 19, por ordem do juiz substituto de Colorado d'Oeste, policiais militares tentaram despejar as famílias, que não aceitaram sair. Ao reassumir, o juiz titular expediu nova liminar para imediato despejo.

No dia 8 de agosto, 300 policiais militares chegaram à fazenda e montaram acampamento. Os trabalhadores pediram trégua de 72 horas para encontrar uma saída pacífica, mas às 4h do dia seguinte, quando a maioria ainda dormia, os policiais invadiram o acampamento usando bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, e fazendo disparos com armas de fogo. Ao todo foram mortos nove trabalhadores Sem Terra e dois policiais.

1996

Massacre de Eldorado do Carajás

Em setembro de 1995, 3.500 famílias de trabalhadores rurais, organizadas pelo MST, formaram um acampamento à margem da rodovia PA-275, próximo à Fazenda Macaxeira, em Eldorado dos Carajás, no Pará. Elas reivindicavam a desapropriação da Fazenda, considerada improdutiva.

Em 05/03/1996 as famílias decidiram ocupar a fazenda. Enquanto o Incra considerava aquela como sendo uma área produtiva, os Sem Terra denunciavam o laudo do órgão como sendo resultado do pagamento de suborno ao superintendente responsável pelo caso.

O presidente do Instituto de Terras do Estado do Pará mediu as negociações, mas em 10 de abril de 1996, sem terem chegado a um acordo,



1.500 famílias iniciaram uma marcha para Belém, a 800 km de distância, para protestar contra a demora no processo de desapropriação da Fazenda.

Entre os dias 16 e 17 de abril, os trabalhadores rurais bloquearam trechos da rodovia PA-150, exigindo do poder público alimentação e meios de transporte para que pudessem prosseguir em marcha. Na tarde do dia 17 os trabalhadores foram cercados por 155 policiais, que com o uso de bombas de gás lacrimogêneo e armas de fogo assassinaram 21 Sem Terra e deixaram feridos ou mutilados outras 56 vítimas.



“Nos piores momentos de repressão, desde os nossos primeiros acampamentos, é que conhecemos o valor da solidariedade. Expresso de forma organizada por meio das ações de sindicatos, partidos, da Comissão Pastoral da Terra ou muitas vezes anônima, nos gestos de milhares de apoiadores e simpatizantes de nossa luta”

Sem Terras marcham pelo país

Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária

1997

Quase um ano após o Massacre de Eldorado dos Carajás, no dia 17 de fevereiro de 1997, 1.300 Sem Terra iniciaram a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária. Em 17 de abril, dia da chegada em Brasília, cerca de 100 mil pessoas receberam os Sem Terra demonstrando solidariedade e simpatia pela luta por Reforma Agrária. A marcha também teve por objetivo cobrar a punição dos responsáveis pelo massacres dos anos anteriores e celebrar, pela primeira vez, o Dia Internacional de Luta Camponesa.

Marcha Popular pelo Brasil

1999

ES

RJ

Na Jornada Nacional de Lutas, em 1999, os Sem Terra protestaram em vários estados contra medidas do governo, como o Banco da Terra, a tentativa de extinção do Procerá e o projeto de emancipação dos assentamentos. A grande mobilização foi a Marcha Popular pelo Brasil, coordenada pelo MST, CUT, CMP, MMTR, MPA e a CNBB. Partindo dia 26 de julho, da frente da sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, mil trabalhadores caminharam até Brasília em defesa do Brasil, por terra, trabalho e democracia.

O que o MST
fez até aqui:



Foram construídas:

.....

Cooperativas
associadas e de
agroindustrialização

Associações
de produção,
comercialização e
serviços



O avanço da luta pela terra

Em 2000, então com 16 anos de existência, o MST já atuava em 23 estados, com uma rede de 1,5 milhão de pessoas, 350 mil famílias assentadas e 100 mil famílias vivendo em acampamentos. Foram construídas associações de produção, comercialização e serviços, além de cooperativas associadas e de agroindustrialização. Na Educação, o MST contava com 1500 escolas públicas nos assentamentos, desenvolvendo uma pedagogia específica para o campo para cerca de 150 mil crianças matriculadas e 3500 professores.



2000

4º Congresso Nacional

No ano 2000 foi realizado o 4º Congresso Nacional do MST, reunindo em Brasília 11 mil pessoas do Brasil e do mundo. Tendo como palavra de ordem "Por um Brasil sem latifúndio", os cinco dias de evento foram marcados por atos, plenárias e exposições, tendo sido um momento de confraternização entre as várias culturas do país, com apresentações de artistas do MST, exposição de artes, artesanatos, culinárias, além de bancas de produtos dos assentamentos.

*"Por um
Brasil sem
latifúndio."*



Agronegócio 'recria' as sesmarias

Com Lula eleito presidente, em 2002, havia grande expectativa dos sem-terra de que, enfim, aconteceria uma reforma agrária no país. Apesar disso, a situação da agricultura se agravou para os pequenos agricultores e assentados.

O modelo agrário-exportador foi acentuado, dividindo o território brasileiro em 'sesmarias' de monoculturas, como soja, cana-de-açúcar e celulose, além da pecuária extensiva. Incentivado pelo governo, o agronegócio tem como lógica a exploração da terra, dos recursos naturais e do trabalho, por meio do financiamento público. O agronegócio não produz alimentos para o povo brasileiro, pois utiliza grandes extensões de terra para a monocultura de exportação; deteriora o ambiente, através do uso intensivo de agrotóxicos e de sementes transgênicas; e gera poucos empregos, sem criar postos de trabalho e pagando baixos salários.

O agronegócio não produz alimentos para o povo brasileiro, ele deteriora o ambiente e gera poucos empregos



2004

Massacre de Felisburgo

Na manhã de 20 de novembro de 2004, no Acampamento Terra Prometida, em Felisburgo (MG), o dono da fazenda Nova Alegria, ocupada durante dois anos pelo MST, invadiu o local com outros 17 pistoleiros atirando aleatoriamente contra os moradores e atendo fogo nas casas e plantações. Cinco pessoas morreram, 20 pessoas ficaram gravemente feridas e 200 famílias tiveram suas casas incendiadas.

Foram assassinados Iraquia Ferreira da Silva, 23 anos; Miguel José dos Santos, 56 anos; Juvenal Jorge da Silva, 65 anos; Francisco Ferreira Nascimento, 72 anos; e Joaquim José dos Santos, 48 anos, todos trabalhadores do campo.





Disputa entre dois modelos agrícolas

Entrando no século 21, o campo brasileiro foi hegemônico de forma mais intensa pela expansão e consolidação do agronegócio, cujo modelo econômico tinha como central as exportações, os bancos e os grandes grupos econômicos, e apoiava-se no discurso de que a Reforma Agrária não fazia mais sentido.

O capital estrangeiro, as transnacionais e os grandes grupos econômicos tomaram conta da agricultura no país, para exportar matérias-primas, produzir celulose e energia, e para sustentar o seu modo de consumo.

A Reforma Agrária, nesse sentido, tornou-se ainda mais necessária, demandando então uma reestruturação não só da concentração da propriedade da terra no Brasil como também dos modos de produção empregados. Assim, colocava-se em jogo uma disputa entre dois modelos de sociedade e produção agrícola distintos, isto é, uma disputa entre os projetos da pequena agricultura, voltada para a produção de alimentos para o consumo interno, e do agronegócio, baseado no monocultivo destinado à exportação.

2007

5° Congresso Nacional

Entre 11 e 15 de junho de 2007, mais de 17.500 delegados e delegadas, de todas as regiões do Brasil, participaram do 5° Congresso Nacional do MST, em Brasília, tendo sido este o maior congresso camponês da América Latina até então.

O lema escolhido, "Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular", representava os novos desafios da luta pela terra, com a Reforma Agrária sendo tanto uma alternativa para a solução dos gravíssimos problemas sociais do país — a fome, o desemprego, a violência e o processo crescente de exclusão econômica e social — como um passo imprescindível na construção e acumulação de forças pela construção de um projeto popular e soberano para o Brasil.



6° Congresso Nacional

2014

Entre os dias 10 a 14 de fevereiro de 2014 o MST realizou seu 6° Congresso Nacional, em Brasília. "Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!" foi o lema do evento, representando a síntese das tarefas, desafios e do papel do Movimento nesse período. Estiveram presentes 16 mil pessoas oriundas de 23 estados do Brasil e Distrito Federal, além de 700 a 1000 crianças Sem Terrinha.

Lutar, Construir
Reforma Agrária
Popular!



A Reforma Agrária Popular

A partir do 6º Congresso Nacional os Sem Terra aprofundaram o debate em torno da questão agrária, e a luta pela Reforma Agrária ganhou um novo adjetivo: Popular.

Popular, pois para o Movimento a Reforma Agrária não é apenas um problema e uma necessidade dos Sem Terra, do MST ou da Via Campesina. É uma necessidade de toda sociedade brasileira, em especial dos 80% da população que vive de seu próprio trabalho e que precisa de um novo modelo de organização da economia, com renda e emprego para todos.

Com isso, os Sem Terra apresentaram um novo programa agrário à sociedade, que tem como base de fundo na produção agrícola a matriz agroecológica. Neste sentido, o MST está debatendo com sua base e seus aliados um programa novo de Reforma Agrária. Uma Reforma Agrária que deve começar com a democratização da propriedade da terra, mas que organize a produção de forma diferente: priorizando a produção de alimentos saudáveis para o mercado interno, combinada com um modelo econômico que distribua renda e respeite o meio ambiente.

O Movimento busca uma Reforma Agrária que fixe as pessoas no meio rural, que desenvolva agroindústrias, combatendo o êxodo do campo, e que garanta condições de vida para o povo, com educação em todos os níveis, moradia digna e emprego para a juventude.

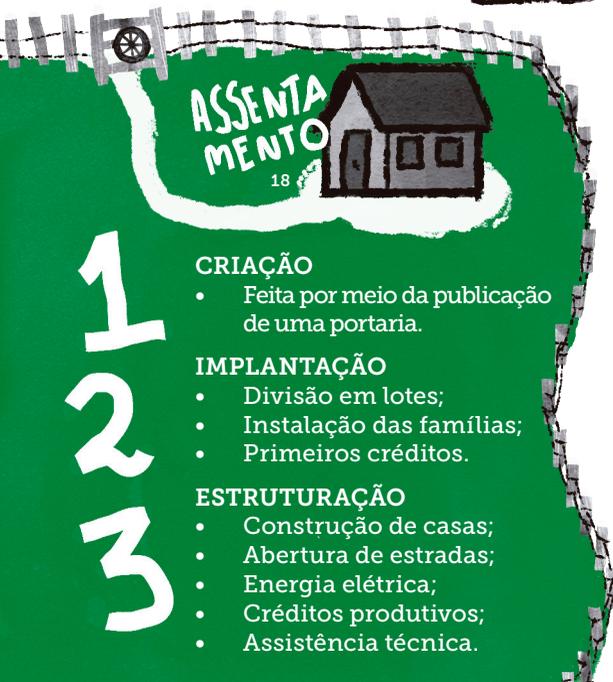
Assim, o MST segue na luta pela construção de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária, entendendo-a como o sonho de todo brasileiro honesto e trabalhador.

REFORMA AGRÁRIA

O QUE É Conjunto de medidas conduzidas pelo Poder Público a fim de promover a distribuição de terras entre trabalhadores rurais, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da produtividade.

RESPONSÁVEIS Incra: coloca em prática as ações que asseguram a oportunidade de acesso à propriedade de terra, condicionada à função social | **Governos estaduais e prefeituras:** oferece instrumentos para fazer chegar aos beneficiários da reforma agrária e produtores rurais serviços capazes de auxiliá-los a produzir e a permanecer no campo.¹⁵

É assim que o MST denuncia terras griladas ou improdutivas e demanda uma resposta do governo em relação à concentração de terras no Brasil.¹⁷



1 CRIAÇÃO

- Feita por meio da publicação de uma portaria.

2 IMPLANTAÇÃO

- Divisão em lotes;
- Instalação das famílias;
- Primeiros créditos.

3 ESTRUTURAÇÃO

- Construção de casas;
- Abertura de estradas;
- Energia elétrica;
- Créditos produtivos;
- Assistência técnica.

Obtenção de terras por desapropriação:¹⁶

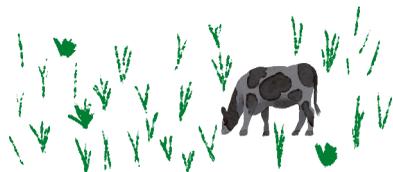
1. PROCESSO O proprietário do imóvel rural é notificado e a área é vistoriada pelo Incra para fiscalizar o cumprimento da função social.

2. DECRETO O passo seguinte é a publicação de um decreto presidencial que declara o imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária.

3. AÇÃO Com a publicação do Decreto no Diário Oficial da União, o Incra entra com uma Ação de Desapropriação após depositar a quantia da indenização pelos reparos, em dinheiro, e os títulos emitidos para pagamento da terra nua. As decisões do Incra, incluindo os laudos de vistoria, podem ser contestadas administrativamente ou judicialmente pelo interessado.

4. INDENIZAÇÃO Na desapropriação, é paga uma indenização ao proprietário em valores de mercado, calculado pela vistoria de avaliação.

5. IMISSÃO NA POSSE Assim que o Incra apresenta os títulos emitidos e faz o depósito do dinheiro em juízo, a Justiça Federal imite a autarquia na posse do imóvel, em caso de decisão favorável.

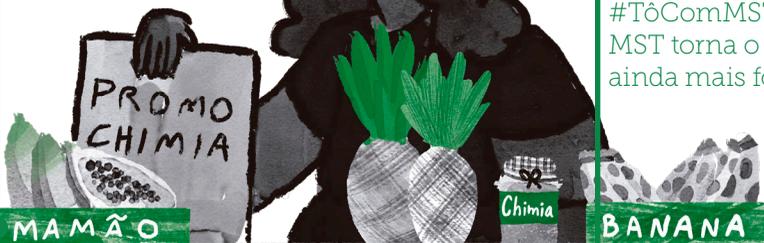


MARCO
TEMPORAL
NÃO!

A 4ª Feira Nacional da Reforma Agrária, em maio de 2023, reuniu mais de 1700 produtores de todo o país, com 560 toneladas de produtos, cerca de 320 mil participantes e destinou 38 toneladas de alimentos à solidariedade para 24 entidades de São Paulo, que vão chegar às famílias mais carentes.¹⁹

Demarcar as Terras Indígenas e mantê-las protegidas de invasores ilegais, garimpeiros, madeireiros e o avanço do agronegócio é garantir que o estoque de carbono nessa área seja mantido e os direitos dos povos indígenas respeitados.²⁰

#TôComMST: CPI do MST torna o movimento ainda mais forte.²¹



EU APOIO O MST!
lutar pela terra
É UM DIREITO!



MST lança Campanha Permanente Contra a LGBTI+fobia no Campo.²²

A maioria das comidas da alimentação básica do Brasil é produzida pela agricultura familiar, que representa 76,8% dos estabelecimentos rurais do país. Destes, boa parte são do MST.²³



As principais linhas de produção do MST são do arroz, leite, carne, café, cacau, sementes, mandioca, cana-de-açúcar e grãos.²³

O MST lidera há mais de dez anos a maior produção de arroz orgânico da América Latina.²⁴



Referências



Os pequenos números espalhados pelo livro indicam que a informação apresentada foi colhida de uma fonte externa. Essas fontes são chamadas referências, e as utilizadas neste texto podem ser consultadas abaixo:

1

Brasil de Fato | p. 8

<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/09/como-o-brasil-pode-enfrentar-uma-das-maiores-concentracoes-de-terras-do-mundo>

2

Descomplica | p. 9

<https://descomplica.com.br/d/vs/aula/reforma-agraria-e-a-concentracao-de-terras-no-brasil/>

3

Mundo Educação | p. 9

<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/latifundio.htm>

4

Planetário UFSC | p. 9

<https://planetario.ufsc.br/dados-sobre-o-planeta/>

5

Brasil de Fato | p. 13

<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/02/mst-doa-12-toneladas-de-arroz-organico-para-combate-a-fome-em-meio-a-pandemia-no-rs>

6

MST | p. 14

<https://mst.org.br/especiais/quarenta-anos-de-comunicacao-popular-do-boletim-ao-jornal-sem-terra/>

7

Portal do Agronegócio | p. 17

<https://www.portaldoagronegocio.com.br/politica-rural/agricultura-familiar/artigos/os-pequenos-produtores-rurais-e-a-sustentabilidade>

8

Infoescola | p. 17

<https://www.infoescola.com/sociedade/posseiros/>

9

Dicio | p. 17

<https://www.dicio.com.br/meeiro/>

10

Secretaria da Justiça e Cidadania do Paraná | p. 17

<https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/Migrantes-Refugiados-e-Apatridas>

11

Rene G. S. Silva e Vicente de Paulo da Silva | p. 17

<https://www.scielo.br/j/sn/a/xfsyRWFcSJdHxJQXBdH9kqF/?lang=pt>

12

Tribunal Superior Eleitoral | p. 23

<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1989/resultados>

13

Espace mondial: l'Atlas | p. 27

<https://espace-mondial-atlas.sciencespo.fr/en/topic-strategies-of-transnational-actors/map-3C48-EN-via-campesina-member-organizations-2017andnbsp.html>

14

CATTELAN, R. et al. | p. 28 e 29

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6907>

15

Incra | p. 45

<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/a-politica>

16

Incra | p. 45

<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/obtencao-de-terras>

17

MST | p. 45

<https://mst.org.br/quem-somos/#instrumentos>

18

Incra | p. 45

<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>

19

MST | p. 46

<https://mst.org.br/2023/05/14/feira-demonstra-potencia-dos-assentamentos-do-mst-na-producao-de-alimentos-saudaveis/>

20

APIB | p. 46

<https://apiboficial.org/marco-temporal>

21

MST | p. 46

<https://mst.org.br/2023/05/26/tocommst-cpi-do-mst-torna-o-movimento-ainda-mais-forte/>

22

MST | p. 47

<https://mst.org.br/2023/05/17/mst-lanca-campanha-permanente-contra-a-lgbtifobia-no-campo/>

23

Brasil de Fato | p. 47

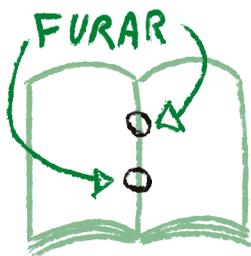
<https://www.brasildefato.com.br/2022/12/11/arroz-feijao-cafe-laticinios-e-mais-conheca-as-principais-linhas-de-producao-do-mst/>

24

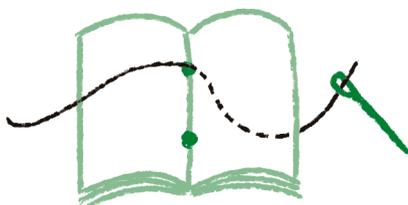
Brasil de Fato | p. 47

<https://mst.org.br/2023/03/17/mst-reune-4-mil-pessoas-para-celebrar-a-maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina/>

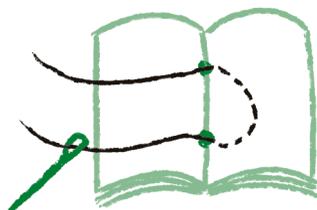
Como encadernar seu livro:



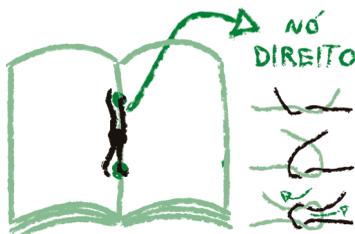
1. Agrupar as páginas, centralizá-las, e furar nos locais marcados entre a pág. 26 e 27.



2. Com uma agulha, passar a linha de dentro para fora por um dos buracos.



3. Passando pelo outro buraco, voltar com a linha de fora para dentro do livro.



4. Fazer um laço ou nó de sua preferência, atando as duas pontas da linha no meio.

Este livro foi composto na tipografia Museo Slab, impresso onde foi possível e no papel que tinha, criado com várias xícaras de café em junho de 2023.